

Às 10:30h do dia 04 de setembro de 2013, quarta-feira, é instalada a reunião ordinária conjunta do CONSAD e do CONFIS. Presentes: o Diretor-Presidente, Marcus Curvelo; o Procurador, José Viveiros de Faria; a Diretora de Previdência, Elizabeth Jeunon Notini; a Chefe de Gabinete, Vanessa Maria Bull; a Tesoureira, Adriana Catarina da Costa; a Gestora Previdenciária, Carla Cristina Maduro Vogas Tavares; a servidora Michele Schiffler Forster; o Supervisor Adjunto, Matheus França Souza e, bem como os Conselheiros, Paulo Roberto Patulêa – Secretário de Fazenda; Carlos Henrique Manzani – Secretário de Administração; Alberto Carlos Ferreira da Silva –suplente do Secretário de Planejamento; João Carlos Raeder – suplente da Secretária de Educação; Arlete Barbosa Valero – representante do SISEP; – Maria José Garrido de Souza Costa – representante da UNAPO; André Bebiano de Macedo – representante da CMP; Luiz Fernando Neiva – representante da AGMP; João Cássio dos Santos – suplente da Secretária de Controle Interno; Norton da Costa Pardal –representante da AFITO; Rosane Carvalho do Amaral – suplente do representante do SINDIFISC. O Diretor-Presidente, Marcus Curvelo, abre a reunião, agradecendo a presença de todos e solicita que a servidora Sonia Leão leia a Ata da reunião ordinária, realizada em 05/06/2013. Ao final, o Diretor-Presidente pergunta se há alguma correção a ser feita; a Conselheira Maria José solicita correção do seu nome. Onde se lê: “ ... Maria José Garrido da Silva Costa” leia-se: “... Maria José Garrido de Souza Costa”. É aprovada a Ata. O Diretor-Presidente passa ao segundo item da pauta – Eleição do Presidente do CONFIS. Marcus Curvelo pede que a eleição fique para a próxima reunião, devido a ausência da Secretária de Controle Interno, Rosangela Stumpf de Lima, por motivos pessoais. Os Conselheiros do CONFIS acatam a solicitação. Marcus Curvelo passa ao terceiro item da pauta – Revisão da Política de Investimentos. O Diretor-Presidente informa aos Conselheiros que a Gestora Previdenciária, Adriana Catarina da Costa, está à frente da Divisão de Tesouraria, a partir de 01/09. Agradece a Michele Schiffler Forster por todo o trabalho realizado. Chama Adriana, que agradece a confiança e

diz que está tranqüila, pois tem a ajuda de Michele e confia no trabalho do Diretor-Presidente. Distribui aos presentes formulários com explicações sobre Depósito Interbancário – DI, para que os Conselheiros avaliem a possibilidade de um aumento do percentual de aplicação nesta modalidade, de 15% para 30%, informando que os recursos do FASSE estão aplicados em DI. O Diretor-Presidente, Marcus Curvelo, diz que a Política de Investimentos para o exercício é aprovada pelos Conselheiros; mas, temos o Comitê de Investimentos que acompanha a rentabilidade das aplicações e foi visto a necessidade desta mudança. Diz ainda que esse investimento é de baixo risco, especialmente quando existe uma possibilidade de aumento da votabilidade do mercado financeiro. Relata que este ano vai ser difícil atingir a meta atuarial em função da instabilidade econômica e pergunta se os Conselheiros aprovam a flexibilidade da política de Investimentos. É aprovada a flexibilidade. O Diretor- Presidente passa ao quarto item da pauta – Apresentação de relatório em cumprimento a Portaria MPS nº 345/2009. Passa à palavra a Michele Forster que distribui aos Conselheiros o relatório elaborado pela empresa Crédito & Mercado Gestão de Valores Mobiliários Ltda., a qual presta consultoria ao Instituto. Faz a apresentação do relatório em data show, mostrando que todas as aplicações estão enquadradas na Resolução BACEN nº 3922 e explana sobre o detalhamento dos rendimentos mensais e a posição do INPAS quanto à meta atuarial. Explica que, em 2012, os rendimentos foram melhores que os atuais, devido a elevação da taxa selic, causando impacto positivo nas cotas dos Fundo de Investimentos. Discorre ainda que, hoje, o Instituto detem uma carteira de aproximadamente R\$6.000.000,00 e, visando a minimizar os riscos, o Instituto adotou o índice de referência de mercado de prazo de um ano - IRFM1. Michele pergunta aos Conselheiros se há dúvidas. Todos entenderam a apresentação. O Diretor-Presidente solicita aos Conselheiros permissão para incluir na pauta o processo nº 827/2013, tendo como requerente Carlos Alberto de Moraes, referente à denúncia aos Conselhos Administrativo e Fiscal. É aprovada a inclusão. Marcus Curvelo lê o teor da denuncia e passa a palavra ao Procurador, Dr. Viveiros, que cumprimenta a todos. Diz que não é novidade trazer aos Conselhos processos tendo Carlos Alberto

de Moraes como requerente, que já protocolou cerca de setenta processos no Instituto e já denunciou dois advogados do Instituto a OAB, que não aceitou a denúncia. Lê o art. 35 da Lei Orgânica do Município e diz que é diferente de um pedido de certidão. Fala que na verdade ele quer entrar, no futuro, com uma ação de danos morais que não tem fundamento e espera que os Conselheiros vejam que ele quer denegrir a imagem deste Instituto. Já procurou diversas autoridades e está extrapolando o direito de petição. A Conselheira Maria José quer que se esclareça o que quer dos Conselheiros: ratifique o quê? Marcus Curvelo diz que isto é ação rotineira dele, atrapalhando a rotina do Instituto e desse modo, afrontando os Conselheiros. Tem direito de contestar, pois não existe perseguição. Foi aposentado por invalidez com todos os seus direitos. O que gostaria é que o Conselho ratifique o Parecer da Procuradoria. O Conselheiro Norton diz que ele vem entrando sistematicamente com processos e pergunta se ele recebeu todos seus direitos. O Diretor-Presidente diz que sim. O Conselheiro Luiz Fernando diz que ele queria a equiparação com os Técnicos de Contabilidade da PMP. O Conselheiro André Bebiano fala que isto já foi apreciado pelos Conselhos. A Conselheira Arlete Valero diz que foi intimidada por ele. A Conselheira Maria José diz que é para ir denegando. O Diretor-Presidente diz que não quer conflitos, mas, neste caso, avalia a possibilidade de entrar na justiça, seguindo o Parecer da Procuradoria. Não tem nada de pessoal mas não é possível tantos processos administrativos abertos, está caracterizado o abuso do direito de recorrer; já que os processos sempre recebem Parecer contrário e pelo arquivamento. Pergunta aos conselheiros se ratificam o Parecer da Procuradoria. Todos acatam o Parecer da Procuradoria. O Diretor-Presidente passa para o quinto item da pauta – Assuntos Gerais. Diz que logo que chegou ao Inpas, percebeu a necessidade de acesso à informação por parte dos segurados e resolveu reativar a Ouvidoria do Instituto. Convidou a Gestora Previdenciária, Adriana Catarina, para desempenhar a função. Passa a palavra para Adriana que faz a entrega aos Conselheiros do fluxograma da Ouvidoria. Explica que Ouvidoria poderá receber as demandas por e-mail, telefone, site ou formulário, que está à disposição na recepção do Instituto. A Ouvidora recebe a demanda e a levará ao Diretor-Presidente, para despacho e após ao setor competente para

resolução. Resposta providenciada, novamente irá ao Diretor-Presidente para conhecimento. Se satisfatória a resposta, será dado conhecimento ao requerente; se não for, volta ao setor competente para novas informações; sendo o prazo de sete dias para a resolução. Adriana diz que a Ouvidoria foi implantada em julho e teve 05 demandas. Marcus Curvelo diz que esta função não irá atrapalhar as atividades de Tesoureira de Adriana Catarina. O Diretor-Presidente expõe que outro ponto era dar conhecimento aos segurados de seus direitos: a necessidade da Educação Previdenciária, por isso feita a atualização da Cartilha Previdenciária, que será distribuída aos servidores ativos, para tomarem conhecimento de seus direitos junto ao Inpas. Dar transparência a todos os atos é uma determinação do Prefeito, Dr. Rubens Bomtempo. Na próxima reunião dos Conselhos será distribuída a cartilha aos Conselheiros. Encerrando, Marcus Curvelo relata que já tinha participado aos Conselheiros que, o Inpas estaria participando do concurso “4º Prêmio Boas Práticas de Gestão Previdenciária”, promovido pela ANEPREM. Foi divulgado o resultado e o Inpas, que foi considerado como de grande porte, ficou colocado em segundo lugar. Marcus Curvelo diz que fizemos nosso dever de casa e fala que é um prêmio dos servidores. A Conselheira Maria José da parabeniza pelo prêmio e o mesmo fazem os secretários Carlos Henrique Manzani e Paulo Roberto Patulêa. O Conselheiro André Bebiano diz que tem que colocar no site. Adriana diz que já está. Marcus Curvelo diz que estão no site do Instituto todas as atas, folha de pagamento, edital de licitação. É exigida no serviço público a transparência e o Instituto faz isto. Agradece a presença de todos, nada mais havendo a tratar é encerrada a reunião às 12:30h e lavrada a presente ata que segue assinada pelos presentes e, por mim, Sonia Maria de Castro Leão, quem a digitou.